



Informações Trimestrais

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco
Central do Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

30 de setembro de 2019

	Página
Comentário de Desempenho	2
Relatório do Auditor Independente	5
Informações Trimestrais:	
Balanços Patrimoniais	7
Demonstrações dos Resultados	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	11
Demonstrações do Valor Adicionado	12
Notas Explicativas às Informações Trimestrais	13
Anexo: Demonstrações dos Resultados Abrangentes	35
Relação dos Administradores	36
Declarações:	
Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais	37
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38

BANCO RCI BRASIL S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Comentário de Desempenho às Informações Trimestrais do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Eventos Societários

Na Reunião da Diretoria realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovado o destaque de dividendos no valor de R\$31.534 (R\$74,26 para ações ordinárias e R\$81,69 para ações preferenciais, em reais por ação) com base na Reserva de Reforço de Capital de Giro. O pagamento foi efetuado em 21 de maio de 2019.

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 21 de dezembro de 2018, foi aprovada a proposta da Diretoria de distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$73.264 (R\$172,53 por ação ordinária e R\$189,78 por ação preferencial, brutos em reais por ação; R\$146,65 por ação ordinária e R\$161,31 por ação preferencial, líquidos em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 12 de fevereiro de 2019.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$1.267 milhões em 30 de setembro de 2019, apresentando evolução de 6,6% em relação a R\$1.189 milhões em 31 de dezembro de 2018. O lucro líquido apresentado no período findo em 30 de setembro de 2019 foi de R\$150 milhões (30/09/2018 - R\$146 milhões).

Ativos e Passivos

Em 30 de setembro de 2019, os ativos totais atingiram R\$12.693 milhões (31/12/2018 – R\$11.432 milhões) e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante de R\$10.796 milhões (31/12/2018 – R\$9.787 milhões), os quais, reduzidos do valor residual garantido das operações de arrendamento mercantil registrado no passivo, no valor de R\$1.068 milhões (31/12/2018 – R\$1.140 milhões), representam uma carteira líquida de R\$9.728 milhões (31/12/2018 – R\$8.647 milhões).

Em 30 de setembro de 2019, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por depósitos interfinanceiros no montante de R\$3.477 milhões (31/12/2018 – R\$2.880 milhões), recursos de aceites cambiais em R\$1.492 milhões (31/12/2018 – R\$1.319 milhões) e letras financeiras em R\$4.213 milhões (31/12/2018 – R\$3.522 milhões).

Conjuntura Econômica

O Banco RCI avalia que diversos acontecimentos significativos se materializaram no terceiro trimestre tanto no front internacional, a retomada do programa de compra de títulos públicos e privados por parte do Banco Central Europeu e o duplo rebaixamento da taxa básica de juros promovido pela autoridade monetária dos EUA, além de intervenções pouco claras do FED na provisão de liquidez ao sistema bancário (REPOs). Ainda no exterior, o Banco também testemunhou a ocorrência de elevação adicional no grau de tensão das relações comerciais entre China e Estados Unidos, o agravamento do impasse quanto às tratativas dos britânicos para concluir o seu processo de saída da União Europeia e a consumação de um ataque terrorista a instalações sauditas de refino de petróleo que

BANCO RCI BRASIL S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

causaram recrudescimento nas tensões geopolíticas entre os governos americano e iraniano. Na América Latina, a vitória obtida nas eleições presidenciais argentinas pela chapa oposicionista também foi um acontecimento importante na visão do Banco RCI.

No país, em conjunto com a continuidade do avanço das discussões sobre reformas estruturais importantes – como, por exemplo, a tramitação da reforma do sistema previdenciário brasileiro, cujo resultado final foi promulgado em 12 de novembro de 2019 – o Banco RCI viu o governo apresentar uma medida de estímulo à economia calcada na liberação de recursos do chamado Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Houve a continuidade de debates sobre alterações tanto do sistema tributário, com aparente abandono da proposta de criação de um imposto sobre transações, quanto da redução da rigidez orçamentária brasileira.

Ao final, na visão do Banco RCI, o resultado combinado de tantos eventos relevantes acabou sendo favorável aos preços dos ativos no terceiro trimestre, com exceção da taxa de câmbio que encerrou o período em patamar superior ao observado no final do segundo trimestre – R\$4,16/US\$ em setembro versus R\$3,85/US\$ em junho de 2019 – na esteira da maior influência dos acontecimentos do âmbito internacional. Por outro lado, o Banco testemunhou o mercado de ações apresentar desempenho positivo com o índice Bovespa tendo avançado para o nível de 104.745,3 pontos frente aos 100.967,2 pontos na mesma comparação anterior – sinal de que os desdobramentos do ambiente doméstico parecem dar suporte a uma melhora no desempenho econômico à frente.

Mais ainda, o Banco RCI entende que a redução observada no patamar do risco de crédito brasileiro indicou maior confiança quanto à materialização de novas reformas estruturais que possam garantir a sustentabilidade do endividamento público brasileiro. Enquanto o Banco observou o credit default swap – conhecido pela sigla CDS – para o prazo de 5 anos encerrar o segundo trimestre em 150 pontos base, esta mesma medida de risco de crédito encerrou setembro no patamar de 136 pontos base – o mais baixo encerramento de trimestre desde o final de 2012. Isto é, ainda que o Banco reconheça a maior influência dos eventos internacionais na dinâmica cambial, o Banco RCI entende que os acontecimentos domésticos poderão levar a uma reversão do movimento de desvalorização registrado pela taxa de câmbio e encerrar o ano de 2019 no patamar de R\$4,00/US\$.

Adicionalmente, o Banco também considera que a retomada do processo de redução da taxa básica de juros promovida pelo Banco Central do Brasil no terceiro trimestre é outra evidência que dá suporte a esta visão de que o país passa atualmente por mudanças estruturais que possibilitarão voltar a crescer mais aceleradamente e sem pressões inflacionárias. Aliás, como as expectativas de inflação dos agentes econômicos para os próximos anos mantiveram-se ancoradas às metas estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional, a autoridade monetária nacional não apenas reduziu a meta da taxa Selic de 6,50% a.a. para 5,50% a.a., como apontou haver ainda espaço para novas reduções – caso este ambiente inflacionário bastante propício se concretize. Neste sentido, dado que as projeções do Banco RCI para o resultado de inflação em 2019 e 2020 – 3,4% e 3,5%, respectivamente – indicam resultados bem abaixo dos objetivos estabelecidos para estes mesmos anos – 4,25% e 4,00%, respectivamente – o Banco projeta que a taxa Selic possa atingir o nível mínimo histórico de 4,50% a.a. e permanecer neste patamar ao longo de 2020.

Embora com avanços importantes na direção de aprovação da reforma da previdência, a confiança empresarial praticamente não se alterou (0,4%) no período, enquanto a confiança dos consumidores melhorou em relação às condições atuais (+3,4), especialmente após o anúncio das liberações do FGTS. Os dados do PIB que foram publicados no período – embora referentes ao desempenho econômico no segundo trimestre – acabaram surpreendendo positivamente ao revelar crescimento dessazonalizado de 0,4% frente à contração de 0,1% observada no primeiro trimestre. Mais importante do que ter revertido a queda observada registrada na divulgação anterior, o avanço visto no segundo trimestre parece ter consolidado o caminho para que a projeção do Banco RCI de 0,8% para o ano de 2019 e de 1,6% para 2020 se materialize.

Auditoria Independente

A política de atuação do Banco RCI Brasil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander, do qual o Banco RCI Brasil passou a integrar em 26 de dezembro de 2017.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, o Banco RCI Brasil informa que no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Informações Trimestrais.

Ademais, o Banco RCI Brasil confirma que a KPMG Auditores Independentes dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Informações Trimestrais do Banco RCI Brasil. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

Outras Informações

O Conselho de Administração do Banco RCI se reuniu em 5 de agosto de 2019 e deliberou pela aprovação da eleição do Sr. Fabien Jean Michel Tournier para o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia com sua posse condicionada à aprovação pelo Banco Central do Brasil, ocasião em que a Sra. Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli é exonerada deste cargo.

A Assembleia Geral Extraordinária do Banco RCI se reuniu em 12 de agosto de 2019 e deliberou pela aprovação da eleição do Sr. Francisco Javier Muñoz Bermejo para o cargo de Conselheiro Efetivo, Sr. Enrico Rossini e Sr. Fabien Jean Michel Tournier para os cargos de Conselheiro Suplente e a condução do Sr. Gustavo de Souza Santos para o cargo de Conselheiro Suplente, todos com suas posses condicionadas à aprovação pelo Banco Central do Brasil, ocasião em que a Sra. Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli, Frederic Schneider e Ricardo Olivares de Magalhães são exonerados destes cargos.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 13 de novembro de 2019.

O Conselho de Administração

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
Rua Nunes Machado, 68 – Torre A - 10º andar
80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais do Banco RCI Brasil S.A. (“Banco”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias individuais com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias individuais

O Banco registra as suas operações e elabora as suas informações financeiras intermediárias individuais com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do

Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às informações trimestrais nº 3.j.4. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do patrimônio líquido e do resultado em 30 de setembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias individuais” acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações financeiras intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias individuais, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações financeiras intermediárias individuais e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Curitiba, 13 de novembro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	30/09/2019	31/12/2018
Ativo Circulante		5.537.942	5.025.053
Disponibilidades	4	61.546	36.872
Relações Interfinanceiras	6	454.644	422.830
Depósitos no Banco Central		454.644	422.830
Operações de Crédito		4.645.832	4.380.077
Setor Privado	8.c	4.637.167	4.169.655
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	77.336	279.282
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(68.671)	(68.860)
Operações de Arrendamento Mercantil		198.321	(2.929)
Setor Privado	8.a	307.751	109.899
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(104.650)	(108.031)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(4.780)	(4.797)
Outros Créditos		129.082	151.584
Créditos Tributários	9.a	92.259	84.459
Rendas a Receber		2.408	3.073
Diversos	10	34.415	64.052
Outros Valores e Bens		48.517	36.619
Outros Valores e Bens		1.662	6.304
(Provisões para Desvalorizações)		(12)	(12)
Despesas Antecipadas		46.867	30.327
Ativo Realizável a Longo Prazo		5.310.800	4.540.191
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		918.860	712.262
Carteira Própria	5.a	918.860	712.262
Operações de Crédito		4.141.542	3.394.257
Setor Privado	8.c	4.215.660	3.367.543
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	11.017	93.797
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(85.135)	(67.083)
Operações de Arrendamento Mercantil		(197.772)	3.197
Setor Privado	8.a	56	184.193
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(190.296)	(174.031)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(7.532)	(6.965)
Outros Créditos		448.166	419.762
Créditos Tributários	9.a	231.898	220.366
Diversos	10	216.268	199.396
Outros Valores e Bens		4	10.713
Despesas Antecipadas		4	10.713
Permanente		1.843.792	1.866.348
Imobilizado de Uso	11	2.397	1.687
Outras Imobilizações de Uso		4.585	3.562
(Depreciações Acumuladas)		(2.188)	(1.875)
Imobilizado de Arrendamento	12	1.840.801	1.863.625
Bens Arrendados		1.788.939	1.811.384
Superveniência de Depreciação		722.459	747.626
(Depreciações Acumuladas)		(670.597)	(695.385)
Intangível	13	594	1.036
Outros Ativos Intangíveis		5.669	5.648
(Amortizações Acumuladas)		(5.075)	(4.612)
Total do Ativo		12.692.534	11.431.592

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	30/09/2019	31/12/2018
Passivo Circulante		3.740.510	4.115.859
Depósitos	14.a	975.104	1.021.415
Depósitos à Vista		7.087	6.488
Depósitos Interfinanceiros		950.865	1.014.927
Outros Depósitos		17.152	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	2.000.468	1.958.924
Recursos de Aceites Cambiais		591.994	563.849
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.408.474	1.395.075
Outras Obrigações		764.938	1.135.520
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		5.166	3.449
Sociais e Estatutárias		1.238	64.085
Fiscais e Previdenciárias	15	29.600	32.974
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.a	101.941	150.569
Diversas	16	626.993	884.443
Passivo Exigível a Longo Prazo		7.684.852	6.126.776
Depósitos	14.a	2.526.591	1.865.217
Depósitos Interfinanceiros		2.526.591	1.865.217
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	3.705.377	2.881.861
Recursos de Aceites Cambiais		900.381	755.047
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		2.804.996	2.126.814
Outras Obrigações		1.452.884	1.379.698
Fiscais e Previdenciárias	15	182.304	187.198
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.a	192.036	66.831
Diversas	16	1.078.544	1.125.669
Patrimônio Líquido	18	1.267.172	1.188.957
Capital Social:		985.225	985.225
De Domiciliados no País		393.015	393.015
De Domiciliados no Exterior		592.210	592.210
Reservas de Lucros		352.978	234.269
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(71.031)	(30.537)
Total do Passivo		12.692.534	11.431.592

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	1/07 a 30/09/2019	1/01 a 30/09/2019	1/07 a 30/09/2018	1/01 a 30/09/2018
Receitas da Intermediação Financeira		409.432	1.214.578	389.054	1.175.368
Operações de Crédito		300.658	869.069	267.265	805.471
Operações de Arrendamento Mercantil		116.298	362.680	125.441	374.692
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		19.343	61.070	27.150	84.334
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	(33.884)	(98.461)	(36.679)	(106.094)
Resultado das Aplicações Compulsórias		7.017	20.220	5.877	16.965
Despesas da Intermediação Financeira		(281.513)	(848.289)	(269.168)	(787.368)
Operações de Captação no Mercado		(147.590)	(409.373)	(118.461)	(340.759)
Operações de Arrendamento Mercantil		(98.178)	(316.613)	(110.398)	(322.727)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(35.745)	(122.303)	(40.309)	(123.882)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		127.919	366.289	119.886	388.000
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(42.694)	(149.745)	(46.138)	(144.726)
Receitas de Prestação de Serviços		2.860	8.438	2.252	6.746
Rendas de Tarifas Bancárias	20	25.229	73.024	20.064	57.855
Despesas de Pessoal		(12.001)	(32.378)	(9.356)	(25.931)
Outras Despesas Administrativas	21	(38.342)	(133.459)	(35.912)	(116.128)
Despesas Tributárias		(8.546)	(24.514)	(8.025)	(24.925)
Outras Receitas Operacionais	22	17.502	46.007	12.133	34.822
Outras Despesas Operacionais	23	(29.396)	(86.863)	(27.294)	(77.165)
Resultado Operacional		85.225	216.544	73.748	243.274
Resultado não Operacional	24	9.795	33.570	9.928	26.311
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		95.020	250.114	83.676	269.585
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	(37.431)	(97.511)	(35.590)	(121.245)
Provisão para Imposto de Renda		(19.971)	(51.246)	(14.331)	(47.405)
Provisão para Contribuição Social		(16.064)	(40.594)	(14.068)	(49.498)
Ativo Fiscal Diferido		(1.396)	(5.671)	(7.191)	(24.342)
Participação dos Empregados no Lucro		(801)	(2.360)	(992)	(2.368)
Lucro Líquido		56.788	150.243	47.094	145.972
Nº de Ações (Mil)	18.a	404	404	404	404
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		140.564	371.889	116.569	361.317

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	985.225	38.114	97.602	(40.671)	-	1.080.270
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	53.275	-	53.275
Dividendos com base na Reserva Estatutária	-	-	(48.811)	-	-	(48.811)
Lucro Líquido	-	-	-	-	145.972	145.972
Destinações:						
Reserva Legal	-	4.944	-	-	(4.944)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	93.934	-	(93.934)	-
Saldos em 30 de setembro de 2018	985.225	43.058	142.725	12.604	47.094	1.230.706
Mutações no Semestre	-	4.944	45.123	53.275	47.094	150.436
Saldos em 31 de dezembro de 2018	985.225	49.145	185.124	(30.537)	-	1.188.957
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	(40.494)	-	(40.494)
Dividendos com base na Reserva Estatutária	-	-	(31.534)	-	-	(31.534)
Lucro Líquido	-	-	-	-	150.243	150.243
Destinações:						
Reserva Legal	-	7.512	-	-	(7.512)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	142.731	-	(142.731)	-
Saldos em 30 de setembro de 2019	985.225	56.657	296.321	(71.031)	-	1.267.172
Mutações no Semestre	-	7.512	111.197	(40.494)	-	78.215

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	1/01 a 30/09/2019	1/01 a 30/09/2018
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		150.243	145.972
Ajustes ao Lucro Líquido		453.829	480.940
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	122.303	123.882
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		5.156	24.550
Depreciações e Amortizações		776	731
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	17.c	17.351	19.590
Atualização de Depósitos Judiciais	22	(6.082)	(8.437)
Atualização de Impostos a Compensar	22	(2.288)	(1.997)
Insuficiência de Depreciação	12	25.167	25.177
Depreciação de Bens Arrendados		291.446	297.444
Variações em Ativos e Passivos		(1.102.600)	(1.035.754)
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(201.295)	(103.861)
(Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(1.496.869)	(982.938)
(Aumento) em Depósitos no Banco Central		(31.814)	(61.434)
Redução em Outros Créditos		21.800	353
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		(5.831)	4.654
Aumento em Depósitos		615.063	157.027
(Redução) Aumento em Outras Obrigações		84.270	44.205
(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		-	(1)
Impostos Pagos		(87.924)	(93.759)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(498.528)	(408.842)
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(1.145)	(242)
Aplicações no Intangível		(21)	-
Alienação de Imobilizado de Uso		122	19
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento		(1.044)	(223)
Atividades de Financiamento			
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		2.416.977	1.809.406
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(1.798.923)	(1.105.474)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	18.b	(93.808)	(79.411)
Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento		524.246	624.521
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		24.674	215.456
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	36.872	47.776
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	61.546	263.232

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	1/01 a 30/09/2019	1/01 a 30/09/2018	
Receitas da Intermediação Financeira		1.214.578	1.175.368	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		81.462	64.601	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(122.303)	(123.882)	
Outras Receitas (Despesas)		(7.286)	(16.032)	
Despesas da Intermediação Financeira		(725.986)	(663.486)	
Insumos de Terceiros		(131.940)	(113.864)	
Serviços de Terceiros		(49.761)	(43.907)	
Outros		(82.179)	(69.957)	
Valor Adicionado Bruto		308.525	322.705	
Retenções:				
Depreciações e Amortizações		(776)	(731)	
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		307.748	321.974	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal		29.992	24.148	9,8%
Remuneração		19.971	17.705	
Benefícios		5.068	3.421	
FGTS		1.895	1.642	
Outras		3.058	1.380	
Impostos, Taxas e Contribuições		126.771	150.321	41,2%
Federais		119.836	142.116	
Municipais		6.935	8.205	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		743	1.533	0,2%
Remuneração de Capitais Próprios		150.243	145.972	48,8%
Reinvestimentos de Lucros		150.243	145.972	45,3%
Total		307.749	321.974	100,0%

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das Informações Trimestrais requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, tais como provisões para processos judiciais, valor justo de certos instrumentos financeiros e realização de créditos tributários. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Informações Trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2019 na reunião realizada em 13 de novembro de 2019.

3. Principais Práticas Contábeis**a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As Informações Trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “*pro rata*” dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - Títulos para negociação;

II - Títulos disponíveis para venda; e

III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “*pro rata*” dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “*pro rata*” dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a “hedge” ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de “hedge” contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”) podem ser classificados como:

I - “Hedge” de risco de mercado; e

II - “Hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados “pro rata” dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O FIDC RN possui seu capital social composto por quotas seniores e subordinadas, sendo o Banco RCI Brasil detentor da totalidade das quotas subordinadas, caracterizadas por assumirem o maior risco (as cotas subordinadas serão amortizadas após as quotas seniores). O valor de aquisição das quotas subordinadas é contabilizado em conta de aplicação e posteriormente valorizado conforme atualização monetária da quota, em contrapartida de conta de resultado. O Banco RCI Brasil cede uma parcela de sua carteira ao FIDC RN, conforme critérios de aquisição de recebíveis pelo FIDC. Ao Banco RCI Brasil reter substancialmente os riscos e benefícios da operação, a carteira cedida é reclassificada para “Operações de Crédito Vinculadas a Cessão”. Concomitantemente, por ser detentor dos riscos e benefícios, o Banco RCI Brasil registra no passivo os montantes referentes a carteira cedida (“Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Créditos” – Nota 16).

As provisões para operações de crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras

e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

i.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

j.2) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

j.3) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

j.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

j.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das Informações Trimestrais, está reclassificado para a rubrica “bens arrendados”.

k) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 14).

l) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Informações Trimestrais.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 17.f) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas Informações Trimestrais.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

m) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as

instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

o) Juros sobre o Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Resolução delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

p) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das Informações Trimestrais são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2018	31/12/2017
Disponibilidades	61.546	36.872	43.196	5.765
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	220.036	42.011
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	220.036	42.011
Total	61.546	36.872	263.232	47.776

As informações relativas a 31 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Títulos e Valores Mobiliários
I) Resumo da Carteira por Categorias

	30/09/2019		31/12/2018	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	918.868	(8)	918.860	712.262
Títulos Públicos	228.575	(8)	228.567	161.047
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	228.575	(8)	228.567	161.047
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	690.293	-	690.293	551.215
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos) ⁽¹⁾	612.592	-	612.592	477.056
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FIDC RCI Brasil I) ⁽²⁾	-	-	-	11.786
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FIDC RN Brasil) ⁽³⁾	77.701	-	77.701	62.373
Total de Títulos e Valores Mobiliários	918.868	(8)	918.860	712.262
Derivativos - Ativo	-	-	-	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos - Ativo	918.868	(8)	918.860	712.262
Derivativos - (Passivo)	-	-	-	(217.400)

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

II) Abertura por Vencimento

	De 3 a 12 Meses	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Disponíveis para Venda	228.567	690.293	918.860
Títulos Públicos	228.567	-	228.567
LFT	228.567	-	228.567
Títulos Privados	-	690.293	690.293
FIDC Venda de Veículos ⁽¹⁾	-	612.592	612.592
FIDC RN Brasil ⁽³⁾	-	77.701	77.701
Total	228.567	690.293	918.860

(1) Referem-se a Cotas Sênior e Subordinadas, cujo prazo de encerramento do FIDC é junho de 2026, conforme seu regulamento.

(2) Referem-se a Cotas Subordinadas, cujo prazo de encerramento do FIDC era maio de 2020, conforme seu regulamento. O FIDC foi encerrado em 7 de maio de 2019 por decisão da Administração.

(3) Referem-se a Cotas Subordinadas, cujo prazo de duração do FIDC é de 50 anos, conforme seu regulamento.

Para a abertura por vencimento das LFT's e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e o prazo de encerramento dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI Brasil nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI Brasil tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo		
"Swap" Negociação - Diferencial a Pagar	4.288	8.891
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Pagar	289.689	208.509
Total	293.977	217.400

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	<u>30/09/2019</u>			<u>31/12/2018</u>		
	<u>Valor Referencial</u>	<u>Valor da Curva</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Valor Referencial</u>	<u>Valor da Curva</u>	<u>Valor de Mercado</u>
"Swap" - Negociação						
Ativo	1.210.000	1.248.336	1.248.457	55.000	71.591	71.734
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	1.210.000	1.248.336	1.248.457	55.000	71.591	71.734
Passivo	(1.210.000)	(1.249.744)	(1.252.745)	(55.000)	(78.970)	(80.625)
Taxa de Juros Pré - Reais	(1.210.000)	(1.249.744)	(1.252.745)	(55.000)	(78.970)	(80.625)
"Swap" - Negociação	-	(1.408)	(4.288)	-	(7.379)	(8.891)

III) Estratégias de Hedge – Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen 3.082/2002 e a seguinte estrutura de hedge contábil foi estabelecida:

- O Banco RCI Brasil, possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de Letras Financeiras (LF), Letras de Câmbio (LC) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos. As operações de hedge foram designadas entre novembro de 2016 a agosto de 2019 e os vencimentos são entre outubro de 2019 e março de 2023.

Em hedge de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

No período findo em 30 de setembro de 2019, foram reconhecidas despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$98.461 (30/09/2018 - R\$106.094).

	30/09/2019			31/12/2018			
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	
"Swap" - Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"							
Ativo	4.964.000	5.311.268	5.325.538	4.799.000	5.153.469	5.170.470	
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	4.964.000	5.311.268	5.325.538	4.799.000	5.153.469	5.170.470	
Passivo	(4.964.000)	(5.436.512)	(5.615.227)	(4.799.000)	(5.269.333)	(5.378.979)	
Taxa de Juros Pré - Reais	(4.964.000)	(5.436.512)	(5.615.227)	(4.799.000)	(5.269.333)	(5.378.979)	
"Hedge" de Fluxo de Caixa	-	(125.244)	(289.689)	-	(115.864)	(208.509)	
			30/09/2019				
			Instrumentos de Hedge			Objetos de Hedge	
			Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil	
Estratégias							
Contratos de Swap							
Hedge de Captações				(4.964.000)	(5.436.512)	(5.615.227)	(5.866.503)
			31/12/2018				
			Instrumentos de Hedge			Objetos de Hedge	
			Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil	
Estratégias							
Contratos de Swap							
Hedge de Captações				(4.799.000)	(5.269.333)	(5.378.979)	(5.736.154)

O efeito da marcação a mercado dos contratos de *swap* ativos está contabilizado no patrimônio líquido e corresponde a um débito no valor de R\$124.150 (31/12/2018 - R\$52.350) brutos e R\$71.023 (31/12/2018 - R\$30.517) líquido dos efeitos tributários.

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento - Ativos

				Valor da Curva	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/09/2019	31/12/2018
"Swap"	1.210.000	-	-	1.210.000	71.591
Operações de Hedge	898.000	1.091.000	2.975.000	4.964.000	5.153.469
Total	2.108.000	1.091.000	2.975.000	6.174.000	5.225.060

V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Em 30 de setembro de 2019 e de 2018, as contrapartes das operações com derivativos são instituições financeiras.

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Em 30 de setembro de 2019 e de 2018, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

6. Relações Interfinanceiras

O montante de R\$454.644 (31/12/2018- R\$422.830) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as *Yields* de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas *Yields* o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 30 de setembro de 2019, não apresentava saldo na carteira de negociação.

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxas de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(238)	(3.755)	(7.415)
Total ⁽¹⁾		(238)	(3.755)	(7.415)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

a) Carteira de Arrendamento

	30/09/2019	31/12/2018
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	1.011.660	947.360
Arrendamentos a Receber	307.807	294.092
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	703.853	653.268
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(294.946)	(282.062)
Valores Residuais a Balancear	(703.853)	(653.268)
Outros Valores e Bens	1.426	792
Imobilizado de Arrendamento (Nota 12)	1.840.801	1.863.625
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 16)	(1.067.779)	(1.139.877)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	787.309	736.570

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$224.351 (31/12/2018 - R\$210.790).

b) Carteira de Arrendamento por Vencimento

Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	30/09/2019	31/12/2018
Vencidas	2.790	4.553
A Vencer:		
Até 1 Ano	559.331	361.706
De 1 a 5 Anos	448.613	579.037
Acima de 5 Anos	926	2.064
Total	1.011.660	947.360

Carteira de Arrendamento a Valor Presente	30/09/2019	31/12/2018
Vencidas	4.745	4.332
A Vencer:		
Até 1 Ano	329.621	332.280
De 1 a 5 Anos	452.297	399.049
Acima de 5 Anos	646	909
Total	787.309	736.570

c) Carteira de Créditos

	30/09/2019	31/12/2018
Operações de Crédito:		
Financiamentos - Floorplan	1.367.369	1.408.495
Financiamentos - CDC Veículos	7.485.458	6.128.703
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	88.353	373.079
Total	8.941.180	7.910.277

Carteira por Vencimento - Operações de Crédito	30/09/2019	31/12/2018
Vencidas	56.133	47.953
A Vencer:		
Até 3 Meses	2.139.644	2.095.962
De 3 a 12 Meses	2.565.785	2.352.975
De 1 a 5 Anos	4.175.105	3.410.329
Acima de 5 Anos	4.513	3.058
Total	8.941.180	7.910.277

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do exercício.

Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

No período findo em 30 de setembro de 2019, não houve cessão de créditos com coobrigação para os Fundos de Investimentos (FIDC's) referente a financiamento de veículos (31/12/2018 - R\$264.741). Em 30 de setembro de 2019, o valor presente das operações cedidas era de R\$88.352 (31/12/2018 - R\$236.085).

d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

Setor Privado	30/09/2019	31/12/2018
Indústria	56.978	51.975
Comércio	1.532.199	1.550.423
Instituições Financeiras	921	969
Serviços e Outros	371.294	348.278
Pessoas Físicas	7.765.764	6.694.253

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Agricultura	1.333	949
Total	9.728.489	8.646.847

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	-	609.489	-	609.489	-	-	-
A	0,5%	7.850.639	-	7.850.639	39.253	20.763	60.016
B	1%	587.566	192.149	779.715	7.797	-	7.797
C	3%	148.707	129.143	277.850	8.335	-	8.335
D	10%	47.991	39.487	87.478	8.748	-	8.748
E	30%	24.140	20.237	44.377	13.313	-	13.313
F	50%	241	15.024	15.265	7.633	-	7.633
G	70%	95	11.238	11.333	7.933	-	7.933
H	100%	267	52.076	52.343	52.343	-	52.343
Total		9.269.135	459.354	9.728.489	145.355	20.763	166.118

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	-	474.268	-	474.268	-	-	-
A	0,5%	6.950.692	-	6.950.692	34.753	20.735	55.488
B	1%	542.264	179.342	721.606	7.216	-	7.216
C	3%	171.388	130.671	302.059	9.062	15	9.077
D	10%	51.454	36.679	88.133	8.813	14	8.827
E	30%	29.933	18.388	48.321	14.496	-	14.496
F	50%	150	13.209	13.359	6.680	-	6.680
G	70%	59	8.236	8.295	5.807	-	5.807
H	100%	294	39.820	40.114	40.114	-	40.114
Total		8.220.502	426.345	8.646.847	126.941	20.764	147.705

(1) Composto por operações que incluem parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	1/07 a 30/09/2019	1/01 a 30/09/2019	1/07 a 30/09/2018	1/01 a 30/09/2018
Saldo Inicial	158.262	147.705	149.964	159.353
Constituição (Reversão)	35.745	122.303	40.309	123.882
Baixas	(27.889)	(103.890)	(41.950)	(134.912)
Saldo Final	166.118	166.118	148.323	148.323
Créditos Recuperados (1)	3.210	16.894	5.202	19.730

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de operações de arrendamento mercantil.

No semestres findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018, não houve renegociações.

9. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldos em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldos em 30/09/2019	Saldos em 30/09/2018
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	127.165	35.812	(34.932)	128.045	129.515
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	8.500	3.001	(3.531)	7.970	8.720
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	31.740	4.044	(180)	35.604	30.892
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	4.656	477	(104)	5.029	3.883
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	576	522	-	1.098	1.177
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	71	64	-	135	142
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	35.342	27.380	-	62.722	15.892
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	4.308	3.336	-	7.644	1.925
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.282	944	(1.182)	1.044	879
Outras Provisões Temporárias	21.005	5.817	-	26.822	22.584
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	234.645	81.397	(39.929)	276.113	215.609
Prejuízos Fiscais	70.180	-	(22.136)	48.044	73.365
Total dos Créditos Tributários	304.825	81.397	(62.065)	324.157	288.974

Em 30 de setembro de 2019 e de 2018, o Banco RCI não possui créditos tributários não ativados.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	30/09/2019				
	Diferenças Temporárias			Prejuízos	
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Fiscais	Total
2019	13.511	8.107	399	1.804	23.821
2020	50.022	30.013	1.596	9.620	91.251
2021	36.828	22.097	1.579	27.716	88.220
2022	45.704	27.422	1.529	8.904	83.559
2023	15.246	8.779	1.529	-	25.554
2024 a 2026	6.628	3.977	1.147	-	11.752
Total	167.939	100.395	7.779	48.044	324.157

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

O estudo técnico de realização dos créditos tributários foi aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 13 de novembro de 2019.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$295.121 (30/09/2018 - R\$248.380), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os exercícios correspondentes.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

10. Outros Créditos – Diversos

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	173.043	165.783
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	2.891	2.425
Para Interposição de Recursos Cíveis	23.022	21.358
Impostos e Contribuições a Compensar	16.326	9.536
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	33.761	61.870
Outros	1.640	2.476
Total	250.683	263.448

11. Imobilizado de Uso

	<u>30/09/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Residual</u>	<u>Residual</u>
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1.839	(794)	1.045	791
Sistemas de Segurança e Comunicações	115	(107)	8	17
Sistemas de Processamento de Dados	827	(644)	183	257
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.533	(643)	890	620
Imobilizações em Curso	271	-	271	2
Total	4.585	(2.188)	2.397	1.687

12. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 8.a), e tem a seguinte composição:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Veículos e Afins	1.788.449	1.810.873
Máquinas e Equipamentos	29	29
Depreciações Acumuladas	(670.597)	(695.385)
Superveniências de Depreciações	722.459	747.626
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	461	482
Total	1.840.801	1.863.625

Os bens estão compromissados para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor do Banco RCI Brasil. Foi registrado uma despesa de insuficiência de depreciação no valor de R\$25.167 (31/12/2018 - R\$74.405), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

13. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$5.669 (31/12/2018- R\$5.648) como custo de aquisição e R\$5.075 (31/12/2018 - R\$4.612) de amortização acumulada.

14. Captação de Recursos
a) Depósitos

					<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
	<u>Sem</u>			<u>De 3 a 12</u>	<u>Acima de 12</u>	
	<u>Vencimento</u>	<u>Até 3 Meses</u>	<u>Meses</u>	<u>Meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Depósitos						
Interfinanceiros ⁽¹⁾	-	124.699	826.166	2.526.591	3.477.456	2.880.144
Depósitos a Prazo ⁽²⁾	-	17.152	-	-	17.152	-
Outros Depósitos ⁽³⁾	7.087	-	-	-	7.087	6.488
Total	7.087	141.851	826.166	2.526.591	3.501.695	2.886.632

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

- (1) Inclui o valor de R\$1.745.823 (31/12/2018 - R\$1.297.582) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa.
- (2) Compostos por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e possuem data de emissão entre março e setembro de 2019 e prazo de vencimento entre julho de 2020 e setembro de 2021.
- (3) Refere-se a pagamentos a maior das parcelas de financiamento de veículos realizados por parte de nossos clientes, disponíveis para resgate.

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				30/09/2019	31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾⁽³⁾	340.926	251.068	900.381	1.492.375	1.318.896
Letras Financeiras ⁽²⁾⁽⁴⁾	489.972	918.502	2.804.996	4.213.470	3.521.889
Total	830.898	1.169.570	3.705.377	5.705.845	4.840.785

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas. Possuem data de emissão entre outubro de 2016 e setembro de 2019 e possuem prazo de vencimento entre outubro de 2019 e setembro de 2022.

(2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal mínimo de R\$150. Possuem data de emissão entre outubro de 2016 e setembro de 2019 e possuem prazo de vencimento entre outubro de 2019 e julho de 2024.

(3) Em 30 de setembro de 2019, inclui o valor de R\$895.839 (31/12/2018 - R\$1.017.555) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

(4) Em 30 de setembro de 2019, inclui o valor de R\$3.224.841 (31/12/2018 - R\$3.421.017) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

15. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores envolvidos em processos judiciais e administrativos.

	30/09/2019	31/12/2018
Provisão para Tributos Diferidos (Nota 15.a)	180.614	186.906
Impostos e Contribuições a Pagar	6.767	33.266
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	24.523	-
Total	211.904	220.172

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldos em			Saldos em	Saldos em
	31/12/2018	Constituição	Realização		
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	-	-	-	23
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - PIS/Cofins	-	-	-	-	3
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - IR/CS	-	-	-	-	9.242
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	-	-	-	-	1.120
Superveniência de Arrendamento Mercantil	186.906	-	(6.292)	180.614	199.214
Total	186.906	-	(6.292)	180.614	209.602

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	30/09/2019	
	Diferenças Temporárias	Total
	IRPJ	
2021	36.123	36.123
2022	36.123	36.123
2023	36.123	36.123
2024 a 2026	72.245	72.245
Total	180.614	180.614

16. Outras Obrigações – Diversas

	30/09/2019	31/12/2018
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 8.a)	1.067.779	1.139.877
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 17.b)	32.503	32.894
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 17.b)	136.165	129.591
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	269.994	270.249
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Créditos (Nota 19.d)	74.218	331.820
Outras	124.878	105.681
Total	1.705.537	2.010.112

17. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais
a) Ativos Contingentes

Em 30 de setembro de 2019 e de 2018, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/09/2019	31/12/2018
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 16)	136.165	129.591
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 16)	32.503	32.894
Ações Trabalhistas	12.574	11.640
Ações Cíveis	19.929	21.254
Total	168.668	162.485

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	1/01 a 30/09/2019			1/01 a 30/09/2018		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	129.591	11.640	21.254	123.996	8.704	14.306
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações						
Monetárias ⁽¹⁾	8.473	934	7.944	7.705	918	10.967
Pagamentos	(1.899)	-	(9.269)	(3.170)	(13)	(3.607)
Saldo Final	136.165	12.574	19.929	128.531	9.609	21.666
Depósitos em Garantia - Outros						
Créditos ⁽²⁾	106.643	-	-	164.312	1.683	21.002

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e Cofins - R\$13.961 (31/12/2018 - R\$13.634): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as

receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$111.641 (31/12/2018 - R\$108.489): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível no montante aproximado de R\$39.515 para ações cíveis, R\$1.539 para ações trabalhistas e R\$210.581 para ações fiscais. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e" (31/12/2018 – R\$46.824, R\$3.460 e R\$144.393, respectivamente).

PIS/COFINS – Auto de Infração - R\$165.140 (31/12/2018 - R\$180.996): Em março de 2018, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração, visando a cobrança dos tributos de PIS e COFINS, referente ao período de agosto de 2013 a junho de 2016, sob alegação de supostas irregularidades na apuração da base de cálculo destes tributos, a saber: (i) não oferecimento à tributação de receitas operacionais apuradas na venda de bens do ativo não circulante; (ii) deduções de despesas não comprovadas; (iii) deduções de insuficiências de depreciação não comprovadas; (iv) apropriação de valores negativos de superveniência de depreciação não comprovados; e (v) não oferecimento à tributação de receitas de juros de mora no leasing. Atualmente, o processo administrativo aguarda decisão.

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2019 e de 2018, o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	30/09/2019						
	Em Milhares de Reais			Reais por Ação			
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto		Líquido	
				Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos ⁽¹⁾⁽⁵⁾	31.534	-	31.534	74,26	81,69	74,26	81,69
Juros sobre o Capital Próprio ⁽²⁾	73.264	10.990	62.274	172,53	189,78	146,65	161,31
Total	104.798	10.990	93.808				

	30/09/2018						
	Em Milhares de Reais			Reais por Ação			
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto		Líquido	
				Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos ⁽³⁾⁽⁵⁾	48.811	-	48.811	114,94	126,44	114,94	126,44
Juros sobre o Capital Próprio ⁽⁴⁾	36.000	5.400	30.600	84,78	93,25	72,06	79,27
Total	84.811	5.400	79.411				

(1) Deliberado na Reunião da Diretoria de 30 de abril de 2019 e pagamento efetuado em 21 de maio de 2019.

(2) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2018 e pagamento efetuado em 12 de fevereiro de 2019.

(3) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 4 de maio de 2018 e pagamento efetuado em 11 de maio de 2018.

(4) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de dezembro de 2017 e pagamento efetuado em 20 de fevereiro de 2018.

(5) Deliberado com base na Reserva para Reforço de Capital de Giro.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal no semestre e exercício, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

19. Partes Relacionadas
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2019 foi fixado o valor máximo de R\$6.883 (2018 - R\$5.380). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

	1/01 a 30/09/2019	1/01 a 30/09/2018
Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva		
Remuneração Fixa	1.259	1.205
Remuneração Variável	310	249
Outras	787	742
Total	2.356	2.196

Adicionalmente, no período findo em 30 de setembro de 2019, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$1.045 (30/09/2018 - R\$862).

b) Operações de Crédito

O Banco RCI Brasil poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

São consideradas partes relacionadas do Banco RCI Brasil, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

- I. Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- II. Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- III. Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- IV. Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- V. Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- VI. Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- VII. Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- VIII. Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

A partir de 31 de dezembro de 2018, estão demonstrados as transações e saldos com Pessoal Chave da Administração. As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)			
	30/09/2019	31/12/2018	1/07 a 30/09/2019	1/01 a 30/09/2019	1/07 a 30/09/2018	1/01 a 30/09/2018
Disponibilidades	61.283	36.870	-	-	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	61.283	36.870	-	-	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	669	1.421	1.162	4.116
Banco Santander ⁽³⁾	-	-	669	1.421	1.162	4.116
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	690.293	551.215	16.057	52.060	24.539	69.113
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	612.592	477.056	12.381	35.536	9.798	21.479
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	-	11.786	3	1.196	8.335	24.807
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	77.701	62.373	3.673	15.328	6.406	22.827
Operações de Crédito	93.456	379.533	17.452	48.140	15.235	43.464
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	2.402	3.045	8.692	23.311	7.051	17.906
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	458	506	1.350	3.692	1.197	3.545
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	2.244	2.903	7.410	21.137	6.987	22.013
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	-	63.964	-	-	-	-
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	88.352	309.115	-	-	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas⁽⁶⁾⁽¹⁰⁾	35.689	64.943	54.059	161.390	61.298	191.458
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	29.112	50.250	44.111	130.039	50.148	151.880
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	6.577	14.693	9.737	30.665	10.951	38.949
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	-	-	51	161	46	136
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ⁽⁸⁾	-	-	160	525	153	493
Depósitos Interfinanceiros	(3.477.456)	(2.880.144)	(58.617)	(157.823)	(34.293)	(95.134)

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Banco Santander ⁽³⁾	(3.477.456)	(2.880.144)	(58.617)	(157.823)	(34.293)	(95.134)
Recursos de Aceites						
Cambiais	(521.430)	(477.831)	(3.378)	(15.788)	(6.536)	(19.212)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(351.820)	(358.324)	(1.051)	(9.235)	(4.210)	(13.045)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. ⁽⁸⁾	(88.348)	(60.313)	(1.172)	(3.339)	(1.669)	(4.620)
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	(81.262)	(59.194)	(1.155)	(3.214)	(657)	(1.547)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(62.274)	-	-	-	-
RCI Banque ⁽³⁾	-	(37.432)	-	-	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	-	(24.842)	-	-	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(9.637)	(19.981)	(15.536)	(52.607)	(14.989)	(49.483)
Banco Santander ⁽³⁾	-	-	(2.551)	(8.887)	(3.511)	(14.893)
RCI Banque ⁽¹⁾⁽³⁾	(3.777)	(7.463)	(450)	(6.386)	(450)	(1.350)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ⁽¹⁾⁽⁵⁾	(1.819)	(2.413)	(3.129)	(10.072)	(3.585)	(11.229)
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(4.041)	(10.105)	(9.406)	(27.262)	(7.443)	(22.011)
Outras Obrigações - Diversas	(74.557)	(332.105)	(5.244)	(41.631)	(20.282)	(64.922)
Pessoal Chave da Administração	(310)	(249)	-	-	-	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(132)	(398)	(132)	(403)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(19)	(30)	(55)	(209)	(94)	(262)
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(10)	(6)	(24)	(55)	(21)	(78)
FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil ⁽²⁾⁽⁹⁾	(74.218)	(331.820)	(5.033)	(40.969)	(20.035)	(64.179)

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.

(3) Controladores da Companhia (Nota 19.c).

(4) Coligadas da controladora RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

(7) Atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. que incorporou a Isban Brasil S.A. em fevereiro de 2018. Subsidiária do controlador Banco Santander.

(8) Controladas da controladora RCI Banque.

(9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas subordinadas.

(10) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos - Diversos.

20. Rendas de Tarifas Bancárias

	1/07 a 30/09/2019	1/01 a 30/09/2019	1/07 a 30/09/2018	1/01 a 30/09/2018
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	22.978	66.247	18.332	52.704
Outras	2.251	6.777	1.732	5.151
Total	25.229	73.024	20.064	57.855

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

21. Outras Despesas Administrativas

	1/07 a	1/01 a	1/07 a	1/01 a
	30/09/2019	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2018
Serviços do Sistema Financeiro	6.432	17.900	8.446	26.015
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	14.538	49.761	14.723	43.907
Propaganda e Publicidade	5.099	35.163	3.236	19.261
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos	3.129	10.072	3.585	11.229
Convênio Operacional RCI Banque	450	1.372	450	1.350
Serviços de Processamento de Dados	3.704	7.842	1.156	3.148
Transportes e Viagens	925	2.460	1.093	3.016
Outras	4.065	8.889	3.223	8.202
Total	38.342	133.459	35.912	116.128

22. Outras Receitas Operacionais

	1/07 a	1/01 a	1/07 a	1/01 a
	30/09/2019	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2018
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	-	-	-	12
Atualização de Depósitos Judiciais	2.096	6.082	2.880	8.437
Atualização de Impostos a Compensar	755	2.288	680	1.997
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	478	1.480	456	1.459
Recuperação de Encargos e Despesas ⁽¹⁾	14.154	36.102	8.111	22.883
Outras	19	55	6	34
Total	17.502	46.007	12.133	34.822

(1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de créditos.

23. Outras Despesas Operacionais

	1/07 a	1/01 a	1/07 a	1/01 a
	30/09/2019	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2018
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	19.353	57.125	18.553	42.307
Provisões Operacionais				
Fiscais	398	3.351	205	2.363
Cíveis (Nota 17.c)	4.590	7.944	1.500	10.967
Trabalhista (Nota 17.c)	254	934	363	918
Gastos com Contratos em Atraso	3.327	8.241	2.460	8.018
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	519	1.376	416	1.169
Atualização Monetária Contingência Fiscal	1.715	4.900	1.702	5.001
Procedimentos e Custas Processuais	(1.848)	-	872	2.519
Outras	1.088	2.992	1.223	3.903
Total	29.396	86.863	27.294	77.165

24. Resultado Não Operacional

	1/07 a	1/01 a	1/07 a	1/01 a
	30/09/2019	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2018
Resultado na Alienação de Imobilizado de Arrendamento	9.856	33.680	9.920	26.348
Resultado na Alienação de Imobilizado de Uso	(38)	(38)	-	-
Perdas de Capital	(23)	(72)	8	(37)
Total	9.795	33.570	9.928	26.311

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

	1/07 a 30/09/2019	1/01 a 30/09/2019	1/07 a 30/09/2018	1/01 a 30/09/2018
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	95.020	250.114	83.676	269.585
Participações no Lucro	(801)	(2.360)	(992)	(2.368)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-
Resultado antes dos Impostos	94.219	247.754	82.684	267.217
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% (30/09/2018 - 25% e 20%), Respectivamente ⁽¹⁾	(42.399)	(99.102)	(37.208)	(120.248)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	688	3.451	1.131	3.196
Demais Ajustes, CSLL 5%	-	-	386	(4.500)
Demais Ajustes	(431)	(1.860)	101	307
Imposto de Renda e Contribuição Social	(42.142)	(97.511)	(35.590)	(121.245)

(1) Majoração Provisória da alíquota da CSLL, a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

26. Evento Subsequente

Em assembleia geral de cotistas realizada em 01 de novembro de 2019, foi realizado o resgate das cotas seniores do FIDC RN Brasil e aprovado o resgate total das cotas subordinadas a ser realizado até 30 de dezembro de 2019.

27. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Estas Informações Trimestrais, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander cujo resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foi divulgado e publicado nas Demonstrações Financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

BANCO RCI BRASIL S.A.
ANEXO: DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	1/07 a	1/01 a	1/07 a	1/01 a
	30/09/2019	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2018
Lucro Líquido	56.788	150.243	47.094	145.972
Outros Resultados Abrangentes	(12.988)	(40.494)	13.635	53.275
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda	19	8	17	(27)
Ajuste ao Valor de Mercado	32	13	(11)	(53)
Imposto de Renda	(13)	(5)	28	26
Hedges de fluxo de caixa	(13.007)	(40.502)	13.618	53.302
Ajuste ao Valor de Mercado	(23.742)	(71.801)	24.118	94.974
Imposto de Renda	10.735	31.299	(10.500)	(41.672)
Resultado Abrangente	43.800	109.749	60.729	199.247

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
François Guionnet

Suplente do Presidente do Conselho
Jean-Marc Marie Bernard Saugier

Conselheiros Efetivos
Angel Santodomingo Martell
Andre de Carvalho Novaes
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee
Francisco Javier Muñoz Bermejo
Patrick Jean Michel Claude

Conselheiros Suplentes
Gustavo de Sousa Santos
Enrico Rossini
Fabien Jean Michel Tournier
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Thomas Gregor Ilg

DIRETORIA

Diretor Presidente
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor Geral
Enrico Rossini

Diretor de Relações Institucionais
Andre de Carvalho Novaes

Diretor Administrativo Financeiro
Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Diretor de Risco
Murilo Azevedo Bruno

CONTADOR

Leonardo Santicioli - CRC 1SP265213/O-3

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretor Presidente

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor Geral

Enrico Rossini

Diretor Administrativo Financeiro

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Curitiba, 13 de novembro de 2019.

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao período findo em 30 de setembro de 2019, sobre as Informações Trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretores Presidentes

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor Geral

Enrico Rossini

Diretor Administrativo Financeiro

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Curitiba, 13 de novembro de 2019.